

CASO MASTER

Viana desconfia de “queima de arquivo”

Presidente da CPMI do INSS oficiou a Polícia Federal e o Ministério da Justiça para que esclareçam as circunstâncias da tentativa de suicídio do investigado “Sicário”

» LETÍCIA CORRÊA

Divulgação

O senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, oficiou, ontem, o diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, para que esclareça as circunstâncias da tentativa de suicídio de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, na quarta-feira. Apelidado de “Sicário” no grupo de WhatsApp coordenado por Daniel Vorcaro, Mourão atentou contra a própria vida nas dependências da Polícia Federal, em Belo Horizonte (MG), enquanto aguardava para a audiência de custódia.

Viana suspeita de que, ao contrário do suicídio, como apontado pela Polícia Federal, o episódio tenha configurado uma tentativa de “queima de arquivo”. O parlamentar cobrou investigações do caso.

“Diante das informações já reveladas nas investigações, inclusive mensagens que apontam ameaças contra jornalistas e autoridades, não se pode descartar nenhuma hipótese, neste momento, nem mesmo a possibilidade de que estejamos diante de uma eventual queima de arquivo”, escreveu na rede social X.

Na postagem, o senador alega que as investigações relacionadas ao Banco Master estão relacionadas ao escopo do CPMI do INSS, o que justificaria o questionamento junto à Polícia Federal.

Na avaliação de Viana, um indivíduo sob custódia do Estado e que continha informações relevantes sobre um dos maiores escândalos financeiros e políticos do país morrer dentro de uma instalação pública sem explicações claras e imediatas é “extremamente grave” e não pode acontecer.

“A sociedade brasileira precisa saber exatamente o que aconteceu dentro de uma unidade da Polícia Federal. Por isso, exigimos uma investigação rigorosa, transparente e acompanhada de perto pelas autoridades competentes, para que toda a verdade venha à tona”, declarou.



Segundo a Polícia Federal, Mourão tentou suicídio enquanto aguardava audiência de custódia em MG



Não se pode descartar nenhuma hipótese, neste momento, nem mesmo a possibilidade de que estejamos diante de uma eventual queima de arquivo”

Calos Viana, presidente da CPMI do INSS

De acordo com o post divulgado pelo parlamentar, foram oficiados a prestar esclarecimentos à CPMI do INSS o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, pelas justificativas citadas.

Inquérito

Antes mesmo de Viana protocolar o Ofício, a Polícia Federal informou que instaurou inquérito para investigar o suicídio de Mourão. Ele chegou a receber atendimento e foi levado ao hospital, onde, até o fechamento desta

edição, permanecia internado em estado grave.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou ao portal G1 que “toda a ação dele e o atendimento pelos policiais estão filmados sem pontos cegos”.

O ocorrido foi comunicado pela Polícia Federal ao gabinete do ministro André Mendonça, relator do caso Master no Supremo Tribunal Federal (STF). Todos os registros em vídeo que mostram o caso devem ser entregues à Corte.

Mourão foi preso pela Polícia Federal na quarta-feira, no âmbito da terceira fase da Operação

Compliance Zero.

Segundo nota publicada pela PF de Minas Gerais, “ao tomarem conhecimento da situação, policiais federais que estavam no local prestaram socorro imediato, iniciando procedimentos de reanimação e acionando o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu)”.

De acordo com fontes da Polícia Federal, Luiz Phillipi Machado Mourão teria se enforcado usando a própria camiseta. Ele foi inicialmente reanimado por cerca de 30 minutos pelo Grupo de Pronto Intervenção da PF/MG (GPI) e levado ao hospital com a chegada da equipe médica do Samu.

Segundo a PF, no grupo ligado à milícia de Daniel Vorcaro, o “Sicário” era considerado o braço direito do banqueiro e responsável pela obtenção de informações sigilosas, monitoramento de adversários e neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses de Vorcaro.(Com agências)

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Lulinha movimentou R\$ 19,5 milhões em 4 anos

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS apontou que o empresário Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha e filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, movimentou cerca de R\$ 19,5 milhões em uma conta bancária entre janeiro de 2022 e janeiro de 2026. Os dados constam de extratos analisados pelo colegiado após a aprovação da quebra de sigilo bancário do empresário, no âmbito das investigações sobre fraudes em benefícios previdenciários.

As revelações foram feitas antes que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinasse a suspensão da quebra de sigilo bancário do empresário e de outras pessoas. A quebra de sigilo havia sido aprovada em uma votação conjunta de 87 medidas contra investigados. Dino entendeu que a votação em globo foi “equivocada” e justificou ser “impossível — inclusive em face do princípio lógico da não contradição — que o referido ato seja nulo para alguns e válido para outros.”

De acordo com os registros, foram identificados R\$ 9,77 milhões em créditos — valores que entraram na conta — e R\$ 9,75 milhões em débitos, referentes a transações realizadas em uma conta no Banco do Brasil entre 3 de janeiro de 2022 e 30 de janeiro deste ano. Entre as operações identificadas estão movimentações financeiras entre empresas ligadas ao empresário e pagamentos relacionados a antigos negócios.

Os documentos analisados pela CPMI também registram três

Reprodução/Redes sociais



Fábio Luís, filho de Lula, teve o sigilo quebrado pela CPMI do INSS

transferências feitas por Lula ao filho, que somam aproximadamente R\$ 721,3 mil. A maior delas, no valor de R\$ 384 mil, ocorreu em julho de 2022, antes do início da campanha presidencial daquele ano. Outras duas transferências foram registradas em dezembro de 2023, já no primeiro ano do atual mandato do presidente.

A defesa de Lulinha afirma que não há irregularidades nas movimentações e sustenta que os recursos têm origem lícita. Segundo os advogados, não existe qualquer elemento que vincule os valores a fraudes investigadas pela CPMI do INSS, que apura suspeitas de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social. De acordo com a explicação apresentada, as transferências feitas por Lula correspondem a adiantamentos de herança, ressarcimento

de despesas feitas durante o período em que o presidente esteve preso ou empréstimos relacionados à empresa L.I.L.S. Palestras, da qual o empresário possui participação societária.

Os dados analisados pela comissão indicam ainda que grande parte das movimentações financeiras está ligada a rendimentos de investimentos e operações entre empresas do próprio empresário, como a LLF Tech Participações e a G4 Entretenimento e Tecnologia. Também foram identificados pagamentos que somam mais de R\$ 1,4 milhão a antigos sócios da extinta Gamecorp, entre eles Jonas Suassuna Filho e Kalil Bittar.

O avanço das investigações ocorre em meio a um ambiente de disputa política no Congresso. O presidente da CPMI, Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que as apurações podem revelar

um esquema mais amplo do que as fraudes inicialmente investigadas no sistema previdenciário. Segundo ele, documentos analisados pela comissão indicariam que as irregularidades podem ser “apenas a ponta de uma série de escândalos”, o que, na avaliação do senador, justificaria, inclusive, a criação de uma nova comissão para investigar especificamente operações relacionadas ao Banco Master.

A sessão da CPMI prevista para esta quinta-feira (5) acabou cancelada após o relator da comissão, o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), informar que não poderia comparecer por motivos de saúde. Segundo nota divulgada pela comissão, o parlamentar apresentou um quadro de sinusite acompanhado de febre, dor de garganta e afonia, o que o impediria de conduzir as oitavas previstas para a reunião.

A decisão provocou reação de parlamentares da base governista. O deputado Rogério Correia (PT-MG) criticou o cancelamento e afirmou que a reunião teria votações consideradas importantes para o andamento das investigações, incluindo pedidos de quebra de sigilo relacionados a pessoas citadas em apurações envolvendo o banqueiro Daniel Vorcaro, investigado em operações da Polícia Federal sobre o Banco Master.

Na avaliação do parlamentar petista, os novos desdobramentos das investigações indicariam a existência de um “núcleo central” de relações políticas e financeiras envolvendo o banco e aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



O Lobo da Faria Lima e as relações perigosas do banqueiro com o poder

O filme *O Lobo de Wall Street* (2013) retrata um tipo de celebridade destrutiva que fascina muita gente por viver no limite: dinheiro fácil, prazer imediato, drogas e ausência completa de escrúpulos. Dirigido por Martin Scorsese e com roteiro de Terence Winter, baseado no livro de Jordan Belfort, o filme acompanha a ascensão e a queda de um corretor que enriquece manipulando o mercado financeiro.

A história começa em 1987, quando Jordan Belfort (Leonardo DiCaprio) se torna corretor em Wall Street. Desde o início, o espectador percebe a atmosfera de cinismo e ganância que domina aquele ambiente. A primeira máscara cai quando Jordan almoça com seu chefe, Mark Hanna (Matthew McConaughey), que lhe apresenta as regras informais do jogo: dinheiro acima de tudo, sem qualquer preocupação moral. A partir daí, o aprendiz se transforma no mestre, mergulhando numa espiral de riqueza, excessos e ilegalidades.

Scorsese conduz com liberdade a trajetória de um homem disposto a vencer a qualquer custo. Ética e moral aparecem apenas para serem atropeladas pelo dinheiro e pelo poder. Uma das cenas mais marcantes ocorre quando agentes do FBI visitam o iate de Jordan. Num diálogo tenso, o corretor sugere discretamente o suborno do investigador. A corrupção paira no ar sem precisar ser explicitada — como acontece tantas vezes na vida real.

O banqueiro Daniel Vorcaro, protagonista do escândalo envolvendo o Banco Master, parece personagem digno de um roteiro semelhante: uma espécie de “Lobo da Faria Lima”. Em mensagens de celular apreendidas pela Polícia Federal, ele próprio compara o sistema financeiro a uma organização mafiosa. “Esse negócio de banco sempre falei: é igual máfia”, escreveu à namorada. “Não dá para sair. Ninguém sai bem. Só sai mal.”

A mensagem, datada de 7 de abril de 2025, coincide com as tratativas para a venda do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB), operação que acabou frustrada pela posterior liquidação da instituição pelo Banco Central. O negócio colocou o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), na berlinda política. Nas mesmas conversas, Vorcaro reclama de André Esteves, controlador do BTG Pactual, acusando-o de atuar contra a operação junto ao Banco Central. “André baixou a guarda e os ataques diminuíram bem. Criaram um problema que não existia”, escreveu.

O caso ganhou novos contornos após a nova fase da Operação Compliance Zero, que levou novamente Vorcaro à prisão. Como em muitos enredos de corrupção financeira, a expectativa agora é que ele recorra a uma delação premiada para tentar reduzir sua pena. É nesse ponto que o escândalo da Faria Lima começa a mexer com o Poder em Brasília. Em mensagens à namorada, o banqueiro se gaba de manter contato frequente com o senador Ciro Nogueira (PP-Pi), ex-chefe da Casa Civil no governo Jair Bolsonaro e uma das principais lideranças do Centrão.

Mudança de cenário

Procurado, o senador reagiu com uma nota protocolar: afirmou que troca mensagens com centenas de pessoas e que isso não o torna próximo apenas por eventualmente interagir com elas”. Disse também estar tranquilo quanto às investigações da Polícia Federal e negou qualquer conduta inadequada relacionada ao caso. A investigação passou a assombrar os poderosos de Brasília após mudança na relatoria do processo no Supremo Tribunal Federal. Quando o caso estava sob responsabilidade do ministro Dias Toffoli, havia fortes restrições à atuação da Polícia Federal.

Com a transferência da relatoria para o ministro André Mendonça, a investigação avança. Mendonça autorizou novas diligências e criticou a falta de urgência demonstrada pela Procuradoria-Geral da República diante dos pedidos da Polícia Federal. Na prática, a PF recebeu carta branca para aprofundar as investigações. O material apreendido é uma caixa de Pandora. Já é volumoso. Os celulares de Vorcaro tornaram-se uma fonte abundante de provas.

Em uma das mensagens, ele comenta uma iniciativa legislativa do senador Ciro Nogueira: “Ciro soltou um projeto de lei agora que é uma bomba atômica no mercado financeiro! Ajuda os bancos médios e diminui o poder dos grandes.” Em outra conversa, o banqueiro descreve o senador como um aliado próximo: “Ciro Nogueira. É um senador. Muito amigo meu. Quero te apresentar. Um dos meus grandes amigos de vida”.

A proposta mencionada previa elevar o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão por depositante. O Banco Master captava recursos por meio de CDBs garantidos pelo fundo — de modo que a mudança ampliaria a proteção aos investidores e fortaleceria o seu audacioso e fraudulento modelo de negócios. Como nos filmes de Scorsese, a trama mistura dinheiro, poder e relações perigosas.

E uma queda espetacular

A reação do sistema bancário foi imediata. Grandes bancos pressionaram contra a proposta, temendo distorções competitivas e aumento do risco sistêmico. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), acabou retirando o tema da pauta. Paralelamente, os bancos que integram o FGC decidiram antecipar cinco anos de contribuições ao fundo, somando cerca de R\$ 32,5 bilhões. O recolhimento está previsto para 25 de março e deverá cobrir aproximadamente metade do rombo estimado até agora no caso Master.